



Table with 4 columns: Ativo, Circulante, Não circulante, Total do ativo. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Fundo restrito, Ativo financeiro da concessão, etc.

Table with 5 columns: Capital social, Reserva legal, Reserva especial, Reserva de lucros a realizar, Lucros líquidos acumulados. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2021, Saldo em 31 de dezembro de 2022, Saldo em 31 de dezembro de 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de Reais) 1. Contexto operacional - A SPE Inova BH S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, constituída em 27 de junho de 2012. A Companhia tem como objeto social a exploração da concessão administrativa para realização das obras e serviços não pedagógicos de 51 unidades de ensino da rede municipal de educação básica do município de Belo Horizonte, durante o prazo de 20 anos estabelecido no Edital de Licitação da concorrência internacional nº 001/2012 e no instrumento firmado entre o município de Belo Horizonte por intermédio da Secretaria Municipal de Educação ("Poder Concedente") e a Companhia. Em 27 de outubro de 2023, a Companhia e o Poder concedente celebraram os aditivos contratuais nº 11 e 12 que representam uma ampliação nas operações da companhia. Com os aditivos, a quantidade de unidades de ensino exploradas pela concessão aumentaram, passando a totalidade de 55 e houve o acréscimo do serviço de construção de cobertura física nas áreas externas. A operação da concessão administrativa inclui serviços de portaria, limpeza, infraestrutura de rede e dados local, higiene e limpeza, lavanderia e rouparia, manutenção e conservação predial e de ativos, jardinagem, controle de pragas e demais serviços administrativos na forma regulada pelo contrato. 2. Base de preparação e Resumo das principais políticas contábeis - As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), elas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas pela Administração da Companhia e aprovadas pela Diretoria em 18 de março de 2024. 2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 06 - Ativo financeiro da concessão: principais premissas em relação à atualização dos saldos. 2.4. Base de preparação e Resumo das principais políticas contábeis - As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, o contrário estiver disposto em Nota Explicativa. 3. Principais políticas contábeis - As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. 3.2. Fundo restrito: O fundo restrito representa contas garantidas para cobertura dos financiamentos contratados. Esta conta pode ser movimentada apenas de acordo com as determinações dos contratos de financiamento e demais acessórios. 3.3. Impostos a recuperar: A obrigação de reconhecer o crédito de impostos a recuperar, em nome de PIS/COFINS referentes ao custo incorrido na fase de construção, e atualmente, reconhece na fase de operação. Referidos créditos são apurados e registrados no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços mencionados. 3.4. Ativo financeiro da concessão: Refere-se à parcela dos direitos a faturar ao Poder Concedente decorrentes do contrato de Parceria Público-Privado firmado com a Prefeitura de Belo Horizonte, para a realização das obras de infraestrutura das EMEIs e EMEFs. O contrato de concessão é registrado conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e OCPC-05. O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como um Ativo Financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção. 3.5. Reconhecimento da receita: A Companhia reconhece a receita à medida que satisfaz a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo. A obrigação de desempenho é satisfeita e a receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços estão disponíveis ao Poder Concedente e são prestados pela Companhia. (i) Receita de contraprestação mensal: A receita de contraprestação mensal ("CPM") é reconhecida a partir do início da prestação dos serviços de apoio não pedagógicos, que compreendem serviços de portaria, utilidades, infraestrutura de rede e dados locais, higiene e limpeza, lavanderia e rouparia, manutenção e conservação predial e de ativos, jardinagem e controle de pragas e demais serviços administrativos na forma regulada pelo contrato. 3.6. Receitas e despesas financeiras: As receitas financeiras compreendem juros e multas recebidas, descontos obtidos e outras receitas financeiras sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras compreendem juros e multas pagas sobre contas a pagar e empréstimos e outras despesas financeiras. Despesas e receitas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência quando incorridas pela Companhia. 3.7. Financiamentos: Refere-se a valores captados junto a Instituições financeiras para viabilizar a construção das EMEIs e EMEFs. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estiverem em aberto, utilizando o método da taxa efetiva. 3.8. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e os seus valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo, quando aplicável, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável futuro esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo e passivo são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. 3.9. Tributos sobre contraprestação: Os tributos sobre a contraprestação contemplam Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e o Imposto Sobre Serviço ("ISS") às respectivas alíquotas de 1,65%, 7,6% e 5%. Tais tributos são calculados com base na receita de construção e sobre a atualização do ativo financeiro, sendo o reconhecimento mensal na demonstração do resultado do exercício e a amortização pelo pagamento às autoridades fiscais. 3.10. Benefícios a empregados: (i) Obrigações de aposentadoria: A Companhia mantém convênio de adesão de um plano de contribuição definida com a Vexty, entidade fechada de previdência privada, constituindo-se em uma de suas patrocinadoras conveniadas. A Vexty proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Receitas líquidas, Custos dos serviços prestados, Lucro bruto, Despesas, Lucro antes do resultado financeiro, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido, Lucro antes do Imp. Renda e Contrib. Social, Imp. Renda e C. Social corrente e diferido, Resultado líquido do período, Número de ações, Lucro líquido por ações - RS.

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Total do resultado abrangente, Lucro líquido do período.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis. ções à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. c) Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro: i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação. Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto em ativo quanto em passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais consolidadas da Companhia. ii. Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo Pillar Two: Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two. As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre as potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo Pillar Two. O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023. As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two. A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos. d) Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros: As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarecem que as alterações de uma alteração não serão consideradas para a classificação de passivos como circulante e não-circulante-efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alterações na norma IAS 1/ CPC 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; d) Alterações na IAS 7/ CPC 03 (R2) e IFRS 7/ CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e) Alterações na IAS 21/ CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025; Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que elas são emitidas pelo IASB. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. 4. Instrumentos financeiros por categoria - a. Gestão de risco financeiro: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, ativo financeiro da concessão, fundo restrito, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos. Os objetivos de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, (i) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de decasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio. (i) Risco com taxa de juros: o risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. (ii) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de caixa e equivalentes de caixa, incluindo conta a receber em aberto e operações comprometidas. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes. b. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia monitora o capital com base no índice de capital próprio ("ICP") e no índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"), calculados e apresentados anualmente. O ICP é apurado através da divisão do total de aporte de recursos dos acionistas controladores na Companhia e a soma entre os recursos aportados e o saldo de financiamentos. O ICSD é composto pela geração operacional de caixa dividido pelo serviço da dívida, sendo a geração operacional de caixa, o fluxo de caixa operacional deduzido dos impostos sobre o lucro e o serviço da dívida, a amortização do principal somados aos pagamentos de juros. Os índices mencionados podem ser assim somariados: Capital social integralizado ..... 35.691 35.691 (-) Reserva de lucro integralizada ..... (5.916) (5.916) Aportes total de recursos dos acionistas ..... 29.775 29.775 Aporte de recursos dos acionistas + financiamentos ..... 60.317 72.710 ICP ..... 49,36% 40,95% Fluxo de Caixa Operacional ..... 58.501 89.887 (-) IRPJ/CSLL pagos ..... (9.336) (9.435) Geração de caixa Operacional ..... 49.165 80.452 Serviço da Dívida ..... 15.949 15.766 ICSD ..... 3,08 5,10 5. Caixa e equivalentes de caixa Caixa e bancos ..... 174 2.930 Aplicações financeiras (i) ..... 33.186 13.399 ..... 33.360 16.329 (i) Referem-se a fundos de investimentos em renda fixa, que buscam remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), com liquidez imediata em dezembro de 2023 e dezembro de 2022. 6. Fundo restrito - Em 31 de dezembro de 2023, o montante de R\$ 5.390 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 5.315) busca remuneração à taxa de 100% do CDI (2022 - 100% do CDI). O saldo é mantido conforme previsto nos

Table with 4 columns: Nota, 2023, 2022. Rows include Fluxo de caixa das atividades operacionais, Ajustes p/reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de ativ. operacionais, Depreciação e amortização, Atualização do ativo financeiro, Tributos sobre atualização do ativo financeiro, Perda na alienação de ativo imobilizado, Juros e variações monetárias, Aumento líquido/(redução) nos ativos e passivos, Ativo financeiro da concessão, Impostos a recuperar, Outros ativos, Fornecedores e outras contas a pagar, Obrigações sociais e trabalhistas, Impostos, taxas e contribuições, Caixa proveniente das operações, Juros pagos, Imposto pagos (IR e CSLL), Caixa líquido prov. das atividades operacionais, Fluxo de caixa utiliz. nas ativ. de investimentos, Fundo restrito, Aquisições de imobilizado, Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos, Fluxo de caixa utiliz. nas ativ. de financiamentos, Dividendos, Amortização do arrendamento, Amortização do financiamento, Caixa líquido (aplicado nas) provenientes das atividades de financiamentos, Aumento líquido de caixa e equiv. de caixa, Caixa e equivalentes de caixa no início do período, Caixa e equivalentes de caixa no final do período, Aumento líquido de caixa e equiv. de caixa.

contratos firmados entre a Companhia e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais ("BDMG"). 7. Ativo financeiro da concessão - Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o montante a receber de R\$ 6.767 (31 de dezembro de 2022 - R\$6.386) referente aos serviços prestados para a operação da Concessão. O saldo remanescente de R\$ 119.375 (31 de dezembro de 2022 - R\$150.007), será amortizado pelo recebimento das contraprestações mensais, que deverá ocorrer ao longo da Concessão. O saldo do ativo financeiro da concessão compreende as parcelas citadas a seguir: Direitos a faturar (i) ..... 119.375 150.007 Faturas emitidas ao poder concedente - Contraprestação mensal (ii) ..... 6.767 6.386 ..... 126.142 156.393 Ativo circulante ..... 32.627 30.994 Ativo não circulante ..... 93.515 125.399 (i) Compreende a receita de infraestrutura calculada com base no custo de construção total incorrido, acrescido de margem de construção, corrigido pela taxa de atualização do ativo financeiro. (ii) Refere-se ao saldo a receber das notas fiscais emitidas para o Poder Concedente em virtude dos serviços prestados. a. Prazo de recebimento: O montante não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento: 2023 2022 2024 ..... - 25.860 2025 ..... 27.176 27.176 2026 ..... 28.560 28.560 2027 até 2033 ..... 37.779 43.803 ..... 93.515 125.399 b. Movimentação ativo financeiro da concessão Saldo em 1º de janeiro ..... 150.007 209.101 Atualização do ativo financeiro ..... 24.263 24.328 Recebimento investimento na infraestrutura ..... (54.895) (83.422) Saldo em 31 de dezembro de 2023 ..... 119.375 150.007 Impostos a recuperar ..... 14.138 15.563 PIS/COFINS recuperar ..... 848 778 ..... 14.986 16.341 Ativo circulante ..... 2.264 2.193 Ativo não circulante ..... 12.722 14.148 Os impostos a recuperar serão realizados até o fim da concessão. São recuperados à medida em que a Companhia realiza o ativo financeiro da concessão. 9. Financiamentos - a. Composição: 2023 2022 Moeda Nacional - BDMG - FINEM\* ..... 30.542 42.935 Passivo circulante ..... 14.660 13.925 Passivo não circulante ..... 15.882 29.010 (\*) Taxa de Juros 3,0% ao ano + TJLP. b. Prazo de vencimento: O montante não circulante tem a seguinte composição, por ano de vencimento: 2023 2022 2024 ..... - 13.925 2025 ..... 14.660 13.925 2026 ..... 1.222 1.160 ..... 15.882 29.010 c. Movimentação Saldo em 1º de janeiro ..... 42.935 54.166 Juros provisionados ..... 3.556 4.535 Juros pagos ..... (3.852) (4.669) Amortização principal ..... (12.097) (11.097) Saldo em 31 de março e 31 de dezembro ..... 30.542 42.935 (\*) Taxa de Juros 3,0% ao ano + TJLP. A Companhia deverá comprovar anualmente, a manutenção dos Índices de Cobertura do Serviço da Dívida ("ICSD"), em montante igual ou superior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), e do Índice de Capital Próprio ("ICP"), em montante não inferior a 20% (vinte por cento). Tanto o ICP quanto o ICSD fazem parte da estrutura de gestão de capital da Companhia e cálculo, metodologia e comparações desses indicadores são demonstrados na nota referente a gestão de capital, item 4(b). 10. Fornecedores e outras contas a pagar - Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de fornecedores e outras contas a pagar no montante de R\$ 1.654 (31 de dezembro de 2022 - R\$ 1.768) é representado, substancialmente, pela contratação de prestadores de serviços e pelas compras de estoques de materiais para a execução dos serviços de operação nas escolas, sendo apenas fornecedores nacionais. 2023 2022 PIS ..... 14.680 13.590 COFINS ..... 3.186 2.950 Tributos retidos de terceiros ..... 133 130 ..... 17.999 16.670 Passivo circulante ..... 683 613 Passivo não circulante ..... 17.316 16.057 11. Tributos diferidos e tributos sobre a contraprestação a. Tributos sobre a contraprestação 2023 2022 COFINS ..... 9.072 11.401 ISS ..... 5.969 7.500 PIS ..... 1.970 2.475 ..... 17.011 21.376 b. Composição dos tributos diferidos Passivo (ativo) fiscal diferido Adição do custo de construção (\*) ..... (40.843) (44.962) Receita de construção e atual. do ativo financeiro(\*) ..... 98.486 103.176 Outras adições ..... (18.087) (18.448) ..... 39.556 39.766 Ativo fiscal diferido - não circulante ..... (58.930) (63.410) Passivo fiscal diferido - líquido ..... 98.486 103.176 Passivo fiscal diferido líquido - não circulante ..... 39.556 39.766 (\*) Os saldos serão realizados na medida dos recebimentos das contraprestações do Poder Concedente ou em quotas fixas ao longo do contrato de concessão. c. Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição corrente e diferido 2023 2022 Lucro antes dos tributos ..... 26.633 27.481 Imposto de renda (IR) e contrib. social (CS) - 34% ..... (9.055) (9.344) Excluídos (adições) permanentes, líquidas ..... (113) (74) Incentivos fiscais ..... 237 215 ..... (8.931) (9.203) Encargo fiscal ..... 210 (250) Imposto de renda (IR) e cont. social (CS) - diferido ..... (9.141) (8.953) Imposto de renda (IR) e cont. social (CS) - corrente ..... (8.931) (9.203) ..... 33,5% 33,5% 12. Transações entre partes relacionadas Despesas administrativas Transportes Pesados Minas S.A - TRANSPES ..... 288 323 ..... 288 323 A Companhia contribui com despesas de suporte em TI, não há transações de compra, venda, mútuos ou outros gastos com empresas relacionadas.

<b>SPE INOVA BH S.A. - CNPJ/MF: 16.543.194/0001-01</b>			
Em 31 de dezembro de 2023, a remuneração paga aos administradores da Companhia totalizou o montante de R\$ 548 (R\$ 430 em 31 de dezembro de 2022). <b>14. Contingências</b> - A Companhia é parte de processos judiciais os quais a Administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constitui provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O montante envolvido em 31 de dezembro de 2023 totalizou R\$ 2.388 (31 de dezembro de 2021- R\$ 2.662), onde R\$ 884 representa processos de natureza trabalhista e R\$ 1.504 de natureza civil. <b>15. Arrendamentos e direito de uso</b>			
<b>a. Ativos de direito de uso</b>			
	<b>Imóveis</b>	<b>Total</b>	
Em 1º de janeiro de 2023	-	-	
Despesas de depreciação do exercício	(244)	(244)	
Adições a ativos de direito de uso	2.378	2.378	
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.134</b>	<b>2.134</b>	
<b>b. Passivos de direito de uso</b>			
	<b>Imóveis</b>	<b>Total</b>	
Em 1º de janeiro de 2023	-	-	
Saída de caixa total para arrendamentos	(110)	(110)	
Adições a passivo de direito de uso	2.377	2.377	
Juros sobre arrendamentos	130	130	
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.397</b>	<b>2.397</b>	
<b>c. Efeito no resultado</b>			
Juros sobre arrendamento	130	130	
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>130</b>	<b>130</b>	
<b>16. Patrimônio líquido - a. Capital social:</b> O capital social e a composição acionária da Companhia estão representadas conforme a seguir. Não houve alteração em relação ao relatório anual de 2022.			
<b>31 de dezembro de 2023</b>			
<b>Acionistas</b>	<b>Capital</b>	<b>Ações</b>	<b>Particip.(%)</b>
Transportes Pesados Minas S/A	35.691	29.775.000	100
	<b>35.691</b>	<b>29.775.000</b>	<b>100</b>
<b>b. Reservas de lucro:</b> (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o saldo de R\$7.138, tendo o limite de 20% do capital social atingido em 2022 (31 de dezembro de 2022 - R\$7.138). (ii) Reserva especial: De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em consonância com a legislação em vigor. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui o saldo de R\$ 35 (31 de dezembro de 2022 - R\$35). (iii) Reserva de lucros a realizar: Essa reserva foi constituída com base em lucros não realizados de períodos anteriores, principalmente durante a fase de construção, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, cuja realização futura se dará nos termos da legislação pertinente. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta o saldo de R\$23.896 (31 de dezembro de 2022 - R\$21.762).			
<b>17. Receitas líquidas</b>			
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	
Receita de contraprestação mensal	55.933	52.624	
Atualização do ativo financeiro	24.263	24.328	
Impostos e deduções sobre receitas	(11.409)	(10.970)	
	<b>68.787</b>	<b>65.982</b>	
<b>18. Custos dos serviços prestados</b>			
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	
Mão de obra	(16.499)	(14.824)	
Vigilância	(6.034)	(5.651)	
Materiais aplicados	(4.593)	(3.741)	
Serviços de terceiros	(1.385)	(823)	
Seguros e locações em geral	(1.064)	(877)	
	<b>(29.575)</b>	<b>(25.916)</b>	
<b>19. Despesas gerais e administrativas</b>			
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	
Despesas com pessoal	(5.468)	(6.620)	
Serviços de terceiros	(2.269)	(2.057)	
Despesas administrativas	(1.104)	(685)	
Despesa escritório	(789)	(443)	
Aluguéis e locações em geral	(339)	(407)	
Depreciação arrendamento	(243)	(33)	
Depreciação imobilizado	(89)	(45)	
Outros	(243)	(217)	
	<b>(10.544)</b>	<b>(10.507)</b>	
<b>20. Resultado financeiro líquido</b>			
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	
Receitas financeiras	1.781	3.634	
Rendimento de aplicação financeira	13	-	
Outras receitas	1,794	3,634	
<b>Despesas financeiras</b>			
Juros e encargos sobre empréstimos	(3.556)	(4.535)	
Juros sobre arrendamentos	(130)	-	
Juros e multa por atraso	(22)	(50)	
Outras despesas financeiras	(153)	(241)	
	<b>(3.861)</b>	<b>(4.826)</b>	
	<b>(2.067)</b>	<b>(1.192)</b>	
<b>Resultado financeiro líquido</b>			
	<b>2023</b>	<b>2022</b>	
<b>21. Lucro básico por ação</b> - O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante os períodos findos em 31 de dezembro:			
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	17.702	18.278	
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	29.775	29.775	
<b>Lucro básico por ação - em reais</b>	<b>0,59</b>	<b>0,61</b>	
<b>22. Seguros</b> - Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais e danos materiais na infraestrutura, incluindo, alargamentos, danos elétricos, demolições, desmoronamentos, reparos e reformas, entre outros, é de R\$ 469.451. A cobertura para responsabilidade civil, contra danos corporais e/ou materiais causados por terceiros, danos			
morais empregador, operações e lucros cessantes corresponde ao valor de R\$ 30.000. Para o Performance Bond, o valor é de R\$ 44.850 contra o risco de descumprimento das cláusulas contratuais do contrato de concessão, incluindo a não entrega da infraestrutura e prestação de serviços de apoio. <b>23. Eventos Subsequentes</b> - Não ocorreram eventos subsequentes			
<b>Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis</b> Aos Administradores e Acionistas da SPE Inova BH S.A. - Belo Horizonte -MG. <b>Opinião sobre as demonstrações contábeis:</b> Examinamos as demonstrações contábeis da SPE Inova BH S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nosso opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPE Inova BH S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. <b>Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:</b> Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis. <b>Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:</b> A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. <b>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre			
detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.			
Belo Horizonte, 18 de março de 2024. <b>BDO RCS Auditores Independentes</b> SSCRC 2 MG 009485/E-0 <b>Paulo Eduardo Santos - Contador</b> CRC 1 MG 078750/O-3.			

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2566-B97C-4EFB-DEFA> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2566-B97C-4EFB-DEFA



### Hash do Documento

TOd88vdQ5R/XX/tu1pD8j7XM0gHBLElxzc2y38CLTFo=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 03/04/2024 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 03/04/2024 22:10 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

